



EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS MUNICIPAIS EM ÁREAS RURAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

Rosimeiry Souza Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (BRASIL)

Endereço eletrônico: rosysantana007@hotmail.com

Arlete Ramos dos Santos

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (BRASIL)

Endereço eletrônico: arlerp@hotmail.com

Rosilda Costa Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (BRASIL)

Endereço eletrônico: fernandesrosilda.rf19@gmail.com

1102

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a política de fechamento das escolas em áreas rurais no município de Vitória da Conquista, interior da Bahia - Brasil. Conjuntura, a qual considerada como um retrocesso acerca dos direitos educacionais instituídos, que se acentua no país, sobretudo no governo Bolsonaro, que marca sua posse em 2019, com a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. A pesquisa é decorrente das discussões realizados no Grupo de Estudos Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GPEMDECC) vinculados à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O trabalho foi constituído por uma revisão de literatura, fundamentada no Materialismo Histórico-dialético (MHD), método de interpretação da realidade social, baseado nas contradições entre capital e trabalho, (MARX 2002). Por compreender que MHD proporciona um movimento de apreender o objeto, cuja finalidade é construir uma síntese desse objeto na sua aparência, a ponto de esse ser revelado em sua totalidade, isto é, em sua essência, conforme postula Cheptulin (1982).

A pesquisa visa evidenciar que a luta por políticas educacionais para o campo no Brasil, é uma questão histórica. No entanto, adquiri visibilidade com a articulação do movimentos sociais do campo, no ano de 1997, na realização do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – ENERA, e a I Conferência Nacional por um Educação do Campo, no ano 1998, onde esteve presente movimentos sociais do campo, sindicatos, segmentos pastorais da igreja católicas, com finalidade de debater e implementar um projeto educacional para a classe trabalhadora, a partir de propostas



pedagógicas críticas, revolucionárias e transformadoras, que atenda às especificidades da população do campo.

Nesse contexto, os Movimentos Camponeses tiveram atuação importantíssima nesse processo, pois conseguiram mapear a necessidade de implementação de política pública que atendesse às demandas do homem e da mulher do campo, pensado para a educação no campo em todas as etapas de ensino, desde a educação infantil, passando pela educação básica, finalizando com a educação profissional de nível técnico, sem perder de vista a educação superior, bem como a transversalidade entre o trabalho produtivo agrícola e a educação institucional mediada pela escola, (RIBEIRO 2013).

Nessa perspectiva, apontamos que além dos direcionamentos da Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, a educação no Brasil, é também orientada pelo Plano Nacional de Educação – PNE, consolidado em 2014 (Brasil 2014), onde consta metas e estratégias para educação, que se reverbera até o ano 2024. Entretanto, as articulações de luta pela educação, com reconhecimento legal, em 1998, têm como resultados, uma legislação que firma a Educação do Campo enquanto política pública e modalidade educacional, pelo Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010, que traça os princípios para Educação do Campo. Assim, inferimos ao analisar o PNE, constatamos, que este não contempla as demandas da realidade do campo conforme estabelecido no Decreto 7352/2010.

Taffarel e Carvalho (2019) tem se posicionado, de forma incisiva, sobre o retrocesso nas políticas para o campo no Brasil, sobretudo no que tange política de destituição de direitos do Governo Bolsonaro. As autoras afirmam que esse governo, com sua gestão marcada por retrocesso acerca dos direitos constitucionais adquiridos, ao longo da história de luta da classe trabalhadora, tem adotado medidas de cunho autoritária, tem extinguido e destituído setores que elaboram e coordenam políticas que dão sustentação aos programas da pasta da educação, sobretudo as políticas educacionais direcionadas à população do campo.

Tais medidas de destituição de direitos, que da atual gestão em âmbito federal reverbera em âmbito municipal, é administrada por bandeira da direita. Nesse contexto, compreendemos que essas atitudes afetam apenas os setores da sociedade menos favorecidos economicamente, ou seja, a grande camada da população que mais necessita das políticas do Estado. Isso tem motivado estudos e pesquisas sobre a atual conjuntura educacional do país, principalmente no que se refere à Educação do Campo,



bem como em relação a outros direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 e que vêm sendo negligenciados pelos gestores públicos. O Programa Nacional de Educação na área de Reforma Agrária foi criado em 1998, fruto das lutas dos movimentos sociais e sindicais com o objetivo de garantir o acesso ao processo de escolarização de jovens e adultos que faziam parte do grupo de indivíduos não alfabetizados em áreas de assentamentos, alargando-se posteriormente para o atendimento à educação profissional e superior (MDA, 2004, p. 7).

As políticas públicas referidas acima foram conquistadas por intermédio das ações e mobilizações dos movimentos sociais no Brasil, conforme destaca Souza (2016). Entretanto, o Estado, atrelado ao capitalismo, por meio da sua política de desenvolvimento econômico pautada na exploração do homem e da natureza, vem invadindo o espaço social do campo e expulsando as famílias camponesas das suas terras para dar lugar ao agronegócio, promovendo a desertificação do espaço rural. Tais políticas vêm sendo destruídas em nome de concepções capitalistas que se estabelecem no país e traz em seu âmbito um projeto de desenvolvimento econômico, em lugar da formação humana e emancipatória.

1104

RESULTADOS

Nessa etapa dos estudos apresentamos o levantamento de informações que evidencia a realidade educacional em termos numéricos, acerca do quantitativo de escolas em dependência municipais, em Vitória da Conquista entre os anos de 2002 a 2019, conforme pesquisa de Santos (2019), como mostra a tabela 01.

Tabela 01 — Quantitativo de escolas do campo em Vitória da Conquista entre os anos 2002-2019

Ano	Escolas em espaços rurais	Número
2002	Marco zero dos estudos de Santos (2019)	168 escolas
2003	02 escolas fechadas	171 escolas
2004	01 escola fechadas	170 escolas
2005	01 escola fechadas	169 escolas
2006	02 escolas fechadas	167 escolas
2007	14 escolas a fechadas	153 escolas
2008	14 escolas fechadas	139 escolas
2009	01 escola a mais	140 escolas
2010	Nenhuma alteração no quadro	140 escolas
2011	01 escola fechadas	139 escolas
2012	01 escola mais	140 escolas
2013	02 escolas fechadas	138 escolas
2014	04 escolas fechadas	134 escolas
2015	11 escolas fechadas	123 escolas
2016	07 escolas fechadas	116 escolas
2017	Nenhuma alteração no quadro	116 escolas
2018	09 escolas fechadas	107 escolas
2019	06 escolas fechadas	101 escolas

Fonte: Santos (2019).

Realização:



Apoio:





A autora evidencia um cenário, o qual confirmar 17 anos de retrocesso, confirmado pelo fechamento de escolas em espaços rurais em Vitória da Conquista. Ao analisar a linha do tempo da tabela 01, verificamos, que tais medidas não é exclusividade da atual gestão de governo da direita. Os antecessores dessa gestão, configurado por governo de esquerda pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que atuou entre os anos anteriores a 2002 até o ano de 2016 também adotou medidas de fechamento de escolas em espaços rurais no referido município. Observa-se que no período de 2006 a 2008, a administração do PT, desativou 28 escolas em áreas rurais. Entre os anos de 2014 a 2016 registra-se um quantitativo de mais 17 escolas desativadas. Em março de 2014 foi instituída a Lei 12.960/2014, como instrumento de impedimento para fechamento de escolas no país. Contudo, a pesquisa revela a realidade que marcada o retrocesso nesse município.

1105

Informações do Qedu 2020, evidencia que Vitória da Conquista possui o quantitativo 80 escolas em áreas rurais. Para uma melhor visualização dessa problemática, selecionamos o ano 2003 com maior quantitativo de escolas 171 e comparamos ao ano de 2020, com menor quantitativo, assim concluímos uma subtração de 80 escolas. Retomando a responsabilidade da gestão atual, em 4 anos foram fechadas 36 escolas. Em síntese, em um período de 18 anos, foram desativadas um total de 91 escolas no referido município.

CONCLUSÕES

No discurrir das discussões, constatamos que Educação Campo, é uma política pública consolidada, com legislação própria. O levantamento dos dados educacionais do município aponta decréscimo no quantitativo de escola em áreas rurais o que se configura como descumprimento da Lei 12.960/2014, e assim reforça a política retrocesso caracterizada pela destituição direitos com implicações relevantes e negativas para a população que mais demanda por acesso a políticas públicas. Isso reforça a necessidade de acendermos nossos sinais de alerta por estarmos à beira de um abismo diante dos ataques do Estado.

A atual conjuntura aponta para a necessidade de maior articulação da classe trabalhadora por meio movimentos sociais para vislumbrar estratégias de enfrentamento e resistência em prol da reconquista de espaços na sociedade política. Precisamos lutar por uma Escola que atenda a todos os níveis de formação e fases do sujeito, ou seja, da pré-escola à fase adulta. Compreendemos que só por intermédio da educação que o

Realização:



Apoio:





sujeito poderá se forjar e se fortalecer para o enfrentamento dos desafios da vida contemporânea.

Reiteramos que é necessário estarmos atentos/as. A convocação é geral, movimentos sociais, movimentos sindicais, grupos de pesquisas, universidades, Fórum de Educação do Campo, Conselhos de Educação, enfim, todas as entidades sociais organizadas, com bandeiras de luta do proletariado, contra o Estado e a burguesia que acentua seus ataques contra a classe trabalhadora, que fica sem tempo hábil para reagir.

1106

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Fechamentos de Escolas Rurais. Retrocesso nas Políticas Educacionais para o Campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: ago. de 2021.

BRASIL, Presidência da República. Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm.

CHEPTULIN, A. **A Dialética Materialista: Categorias e Leis da Dialética.** Editora Alfa Omega, São Paulo 1982.

MARX, Karl. **O capital – Crítica da Economia Política.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Secretaria Especial de Agricultura familiar e Desenvolvimento Agrário,** 2004. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/historico>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

MEC, Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso 20 de abril de 2022.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Vanessa Costa dos. **As diretrizes neoliberais e suas implicações sobre a política de fechamento de escolas do campo em Vitória da Conquista - BA.** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Ensino PPGEn, Vitória da Conquista, 2019.

SOUZA, Maria Antonia. **Educação e Movimentos Sociais do campo: A produção de conhecimento no período de 1987 a 2015.** 2º Ed. Editora UFPR, 2016.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. CARVALHO, Marize Souza Carvalho, A extinção da SECADI: um golpe fatal nas conquistas no campo da educação, **Cadernos GPOSSHE On-line,** Fortaleza, v. 2, n. 1, 2019.